

14 JUL 1992

O ajuste interno

Dívida Pública

Boquim

JORNAL DE BRASÍLIA

O acordo com os bancos privados, estabelecido na semana passada por representantes brasileiros em Nova Iorque, equaciona a balança de pagamentos do País e normaliza as relações financeiras do Brasil com a comunidade internacional. Superada esta importante etapa da reorganização das finanças nacionais, um novo problema assume a prioridade nas preocupações da área econômica. Trata-se, como salientou este jornal em editorial relativo ao acordo externo publicado na edição de sábado, do ajuste interno.

A edição de domingo trouxe ampla reportagem sobre o endividamento interno e a urgência de se promover um ajuste fiscal. De acordo com dados do Banco Central citados pela reportagem, a dívida interna cresceu 33,88% em termos reais entre setembro de 91 e março de 92, enquanto a dívida mobiliária teve um incremento, no mesmo período, de 162,2%. Mesmo que se leve em conta que a dívida mobiliária do País é relativamente pequena, comparada com outras nações em termos de percentual sobre o Produto Interno Bruto, e que seu aumento não significa uma elevação do endividamento global, já que refletiria uma troca de débitos, há razões mais que suficientes para preocupação entre os responsáveis pela política econômica.

É certo que o endividamento interno é hoje substancialmente menor que ao final do governo passado. Mas não se pode esquecer que isso se deve ao enxugamento de liquidez promovido logo após a posse do atual Presidente da República e à recessão suportada pela Nação. É inadmissível que se permita, nessas circuns-

tâncias, uma nova explosão da dívida interna.

Conforme a mencionada reportagem, o custo da dívida interna, em 92, deverá atingir o equivalente a US\$ 21,1 bilhões. Esta cifra impressionante equivale a cerca de 5% do PIB e a aproximadamente metade da dívida que acaba de ser negociada com os bancos credores privados. Ou seja, enquanto pelos termos do acordo o País pagará um máximo de US\$ 2 bilhões em juros ao ano, a dívida interna exigirá dez vezes este valor, como se o País pagasse metade de sua dívida aos bancos estrangeiros em 92.

A questão da dívida interna não é o único problema com que se defronta a Nação. Pelo contrário, está associada a vários outros e exigindo, por isso, um conjunto de medidas no centro das quais se encontra o ajuste fiscal. A situação não é desesperadora. Apenas inicia-se o segundo semestre e restam somente duas parcelas de cruzados para que se complete a restituição do que foi congelado em março de 90. Com isso elimina-se a pressão sobre a liquidez.

A despeito das eleições municipais de outubro/novembro e dos efeitos que elas produzem sobre a vida política do País, há tempo para que o Governo negocie com o Congresso os termos de um ajuste fiscal que, se não puder ser o necessário, seja ao menos o urgente. Há tempo também, e isto está sendo feito, segundo o ministro da Economia, para promover uma gradual retomada da atividade econômica, de maneira a aumentar a receita tributária e atenuar alguns dos problemas sociais que, entre outras consequências, acarretam um aumento da demanda por certos serviços públicos.